



Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 10 DE AGOSTO DE 1987.

ANO XIII

AVULSO

PROPOSIÇÃO N. 059/87

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

ARTIGO ÚNICO- O Parágrafo Único, do Art. 104, da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo Único - "Para ingresso em cargo da magistratura poderão concorrer apenas candidatos de idade inferior a quarenta e cinco anos e bacharéis em direito, inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, salvo funcionários públicos estaduais que por sua condição, estejam legalmente impedidos de obter inscrição na referida Ordem".

Sala das Sessões, em

(aa) ANIBAL KHURY
GERNOTE KIRINUS
NEREU CARLOS MASSIGNAN
EDUARDO BAGGIO
HAROLDO FERREIRA
SABINO CAMPOS
JOSÉ FELINTO
PAULINO JOSÉ DELAZERI
ANTÔNIO BELINATI
ANTÔNIO BÁRBARA
NESTOR BAPTISTA
TADEU LÚCIO MACHADO
PEDRO TONELLI
JOÃO ARRUDA
FERRARI JÚNIOR
CANDIDO BASTOS
RAUL LOPES
CAÍTO QUINTANA
JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI
JOSÉ AFONSO
HERMAS BRANDÃO
LINDOLFO JÚNIOR
ARTAGÃO MATTOS LEÃO
AMÉLIA HRUSCHKA
ALGACI TÚLIO
ERONDY SILVÉRIO
EZEQUIAS LOSSO
ANTONIO ANNIBELLI
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
PAULO FURIATTI
NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

A exigência de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, pelo mínimo de dois anos, não resulta em nenhuma vantagem ao futuro magistrado, mas, ao contrário, é prejudicial à magistratura, dado que esta, em termos de vencimento, não apresenta grandes atrativos. Assim, o bacharel de inteligência privilegiada e vocacionado para a ciência do Direito, inicia como es-

tagiário, nas lides forenses e, em razão disso, quando termina o curso, além de ter angariado razoável experiência, tem também, razoável clientela e, certamente, não aguardará, por período superior a dois anos, para submeter-se ao concurso para Juiz Substituto, não só em decorrência de sua advocacia bem sucedida, bem como da baixa remuneração da magistratura, aliada, ainda a desvantagem dos transtornos da peregrinação do Juiz pelo interior do Estado, como constantes mudanças de residência, refletindo, inclusive, na educação dos filhos.

PROPOSIÇÃO N° 060/87

EMENDA N°27 À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

SÚMULA: Dispõe sobre a apresentação de Emendas Populares à Constituição do Estado do Paraná.

Art. 161 - fica estabelecido em 15 mil o número de assinaturas necessárias para a apresentação de emendas populares à Constituição do Estado do Paraná.

§ 1º- Os assinantes terão que ser eleitores, constando, inclusive, ao lado da assinatura, o número do respectivo título de eleitor.

§ 2º- Os subscritores poderão assinar no máximo, três emendas distintas.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA
NESTOR BAPTISTA
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
DIRCEU MANFRINATO
VALDERI MENDES VILELA
ANTONIO BELINATI
JOÃO ARRUDA
GERNOTE KIRINUS
EDUARDO BAGGIO
ANTONIO COSTENARO NETO
LUIZ ANTÔNIO SETTI
CÂNDIDO BASTOS
RAFAEL GRECA DE MACEDO
e outras assinaturas ilegíveis.

JUSTIFICATIVA:

Os Membros da Assembléia Estadual Constituinte, investidos da função de elaborar a Carta Magna Paranaense, não poderão dispensar a colaboração popular na elaboração do mais importante documento que traçará as diretrizes do ordenamento jurídico do Estado.

Assim sendo, entendemos que esta Emenda dará oportunidade de recebermos inteligentes idéias advindas diretamente daque-

les dos quais somos representantes democráticamente eleitos.

Diante do exposto, esperamos receber

apoio dos nobres Colegas também interessados em elaborar - da melhor forma possível - a nossa Constituição.